

Almeida Garrett: diálogos da ficção com o jornalismo*

Maria do Rosário A. M. da Conceição **

Se exceptuarmos o débil clamor da imprensa liberal já meio esganada da polícia, não se ouve no vasto silêncio deste ermo senão a voz dos barões gritando contos de réis.

Garrett, Viagens na minha terra —
capítulo XIII

1. Introdução

Portugal no século XIX presenciou uma subida significativa no número de jornais e revistas publicados. Esse surto jornalístico esteve ligado a uma prática política que tinha como objetivo levar os ideais liberais aos cidadãos e, assim, formar o que então se chamava de “opinião pública”. Tal processo não foi levado adiante de modo completamente pacífico nem muito menos sem evidentes contradições e recuos. Foram muitos os liberais portugueses que foram presos e exilados, e mesmo o sistema político que vai sendo implantado, se trouxe alguma liberdade, por outro lado trouxe pouca igualdade: a corrupção grassava e o voto era censitário.

Nesse período os homens de letras puderam exercer o seu papel de intelectuais na crescente imprensa periódica. Os escritores de maior destaque conseguiam um grande espaço nesse tipo de publicação. Almeida Garrett, em sua tarefa jornalística, percebeu o

* Esta pesquisa, realizada no acervo do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, foi orientada pelo Prof. Dr. Sérgio Nazar David e financiada pela Fundação Calouste Gulbenkian.

** A autora é graduada em História e Mestre em Literatura Portuguesa pela UERJ.

papel importante que poderiam ter os periódicos, principalmente num período em que a informação era fundamental para formar a opinião pública.

Almeida Garrett esteve sempre presente na defesa da liberdade e na afirmação do pensamento político cultural do liberalismo português no século XIX. Assim, participou ativamente em várias publicações jornalísticas, como também sofreu severas críticas de seus opositores.

A proposta deste artigo é apresentar a recepção dos romances *O arco de Sant'Anna* e *Viagens na minha terra* de Almeida Garrett nas publicações periódicas portuguesas da época, relacionando-a ao panorama político de Portugal e às questões mais intrínsecas destes romances.

Para verificarmos como ocorreu esse processo, selecionamos alguns periódicos que julgamos serem importantes no que diz respeito ao período político estudado. Esta seleção foi feita a partir de algumas referências que Gomes de Amorim, principal biógrafo de Garrett, faz em *Memórias biográficas*. A sua obra nos auxiliou a encontrar os artigos necessários para a realização deste trabalho.

2. *O arco de Sant'Ana*

O romance *O arco de Sant'Ana* começou a ser escrito em 1832, no Convento dos Grilos (Porto), após Almeida Garrett ter desembarcado ao lado do exército liberal de D. Pedro IV, vindo da ilha Terceira, nos Açores. O primeiro volume, concluído em fins de 1844, somente será publicado em 1845, pela Imprensa Nacional, sem indicação de autoria. O texto é apresentado como sendo uma cópia de um manuscrito encontrado no Convento dos Grilos por um soldado do Corpo Acadêmico, o “Nº 72”, sendo este o autor da carta direcionada ao coronel Soares Luna, a quem o romance é

dedicado. A primeira parte do romance engloba os dezoito primeiros capítulos. Gomes de Amorim, em *Memórias biográficas*, retrata esse período:

Começára no Porto o tomo I, em agosto de 1832, no convento dos Grillos, onde estivera aquartelado, continuou-o em agosto de 1841, e concluiu-o no fim de 1844. De todas as suas obras, é talvez esta a que encerra maior numero de recordações da sua infancia, e de memorias interessantes para a sua biographia. O apparecimento d'esse volume suscitou varias discussões litterarias: uns o accusaram de combater as tendencias contrarias ao philosophismo encyclopedista, que tudo derrancou, ao passo que outros o defenderam com enthusiasmo. (AMORIM, 1881, tomo III, p.116-117).

Teófilo Braga, na “Elaboração d’O arco de Sant’Ana”, também faz referência ao surgimento deste romance de Garrett:

Como nasceu a ideia d’O Arco de Sant’Ana? Garrett desembarcou no Porto em 1832 com a expedição do Exército libertador vinda da ilha Terceira; como soldado do Batalhão Académico foi aquartelar-se no abandonado Convento dos Grilos, no velho bairro da Sé do Porto. Aí, no pequeno remanso das horas de refrega, entre os colóquios descamerónicos de antigos companheiros de estudo, lembrou-se da tradição do Bispo, que exercia sobre a cidade os arbítrios do Poder Feudal, e quando o rei D. Pedro, o Justicciro, impondo seu poder real, por sua mão castigou o Bispo, como conta pitorescamente o cronista Fernão Lopes. Garrett assistia nesse momento histórico à luta das hordas fradescas, alucinando pelas províncias o povo rude, para vir à matança dos liberais e dos pedreiros-livres. O rei D. Pedro surgia agora na figura de D. Pedro IV, como instrumento de uma transformação radical da sociedade. Garrett, na sua intuição suprema, viu esta

relação do presente com o passado, e reuniu-os em um símbolo: a obra de arte, criada sobre a tradição da Idade Média portuense. (Apud GARRETT, 1963, p.211-212, vol. I).

A publicação d'*O arco de Sant'Ana* tem um objetivo muito claro: combater a oligarquia eclesiástica, que “levantava a cabeça” junto com a ditadura cabralista. Procurava, portanto, ser uma obra de combate, sobretudo aos bispos ligados a Costa Cabral. *O arco de Sant'Ana* retoma um episódio do capítulo VII da *Crónica de D. Pedro I*, de Fernão Lopes. A ação acontece durante o reinado de D. Pedro I (1357 - 1367), que passou para a história como o justiceiro. Neste episódio, o rei castiga um bispo corrupto da cidade do Porto.

O romance *O arco de Sant'Ana* se passa no século XIV. O enredo é simples: um bispo tenta seduzir uma mulher do povo (Aninhas) cujo marido se encontra ausente. Este bispo tem um passado desabonador, pois tivera um filho (Vasco) com uma judia que abandonara (Guiomar). Vasco desconhece este fato e coloca-se à frente de um movimento popular contra as tiranias do bispo, com o apoio de D. Pedro, que inflige, por fim, um castigo exemplar ao eclesiástico.

Quando *O arco de Sant'Ana* começa a ser escrito por Garrett, no ano de 1832, o autor do romance estava participando ativamente na luta contra o regime miguelista. Neste período, com o restabelecimento do absolutismo desde 1828, a Igreja tivera novamente franco acesso ao poder e assim, até 1832, desencadeou-se forte repressão contra os liberais. Em 1842, com a ditadura de Costa Cabral, mais uma vez esta oligarquia eclesiástica ganha força.

O lançamento do primeiro volume d'*O arco de Sant'Ana*, no ano de 1845, provocou um enorme debate na imprensa literária portuguesa da época. Não podemos esquecer que este é lançado durante a ditadura de Costa Cabral. E que a literatura serve a Garrett como forma de combate, de resistência, de formação de opinião, às vezes em tom polêmico e irônico.

No dia 27 de janeiro de 1845, saiu no jornal *Diario de Governo* um anúncio, saudando o novo romance histórico português: “Há damas, cavaleiros, frades, cônegos, procissões, estudantes, e tudo quanto pode entrar num romance português da meia idade.” (*Diário do Governo*, 27/01/1845, p. 160). Entretanto, no dia 19 de fevereiro, sai a primeira crítica ao romance, da pena de Carlos Bento da Silva, um conhecido cabralista que mais tarde, curiosamente, assinará ao lado de Garrett o protesto contra a Lei das Rolhas. Apesar do artigo não possuir assinatura, Teófilo Braga e Gomes de Amorim afirmam ser dele as palavras publicadas no *Diario do Governo*. Embora o autor inicie o artigo afirmando que é “com grande prazer” que anuncia a publicação d’*O arco de Sant’Ana*, começa logo a seguir a enumerar uma extensa lista de supostos pontos negativos do romance.

Ainda que o romance tenha sido publicado anonimamente, o redator acredita ser o autor um homem experiente e bem conhecido do público:

A respeito da execução é facil de vêr que o escriptor não é por ahi homem que pela primeira vez corra os riscos de escrever. Está certo de si e da lingua. Redige como quem sabe perfeitamente compôr. Não ha inexperiencia no seu estylo, e se effectivamente o manuscripto foi achado no Convento dos Grillo, quem procurar bem ha de achar mais obras do mesmo auctor; por força. Talvez até discursos do parlamento e artigos dos jornaes. (*Diário do Governo*, 19/02/1845).

No mesmo artigo:

O auctor é anonymo. A quem quizesse reconcentrar a sua attenção, e reparar no estylo, porque o ha no livro de que tractamos, talvez lhe não fosse muito difficil pôr o dedo em que no livro poz a mão. Sejamos porém misteriosos, já que de misterio se quiz cercar

o Romancista. Seja muito embora um manuscrito achado, ou feito achar, no convento dos Grillos na cidade do Porto. Baste-nos saber que foi recopilado por um contemporaneo que soube torna-lo *palpitante de actualidade*. (*Diário do Governo*, 19/02/1845).

Parece-nos que o crítico sabia quem era o autor do romance. Esta não é a única alusão que faz ao provável criador da obra. Ele utiliza como exemplo de bela escrita e “singeleza das palavras” a peça Frei Luiz de Sousa, de Almeida Garrett.

O autor do artigo destaca vários defeitos na obra, entretanto os seus argumentos direcionam para a mesma questão, o fato de o romance ter sido escrito com o intuito de ser político, ou seja, um “romance de oposição”, e acusa o autor do romance de utilizar a literatura para fazer política. Assim, como se pode manter o interesse no romance, argumenta, se a todo momento são levantadas questões do mundo contemporâneo, se constantemente se está falando de política como num jornal?

O Romance muitas vezes é elle tambem artigo de fundo quando se mette a fazer allusões. É romance da opposição. D Pedro o crú está a parecer-nos que no segundo volume pertencerá á Associação Eleitoral.[...]. O auctor é capaz de nos dizer, lá mesmo do tempo de D. Pedro o crú, que está no seu direito, e que póde muito bem escrever a historia no seculo XIV, e a ter a graça no seculo XIX. Aceitando a declaração, e não tractando do anachronismo, perguntaremos se é possivel conservar o interesse aos acontecimentos, quando as reflexões a cada passo nos distrahem das cousas de então para os homens de agora? Nesta obra ha tres entidades que marcham de frente, o romance, o artigo de fundo, e o folhetim. Falla-se por exemplo no Arco de Santa Anna, vem logo á baila o parlamento, e d’alli a pouco tracta-se da Polka. No segundo volume quando castiga o Bispo, apostamos que já se falla na Mazurka?

Por isso é que vêmos roubar com toda a indiferença a *Aninhas* da rua do Arco. Como podemos atterrar-

nos quando se aproximam os seus roubadores, se elles entram a fallar em política como um Jornal de agora, só com a differença de ser com mais espirito. É preciso desenganarmo-nos? É livro ou é jornal? Queremos votar. Se são ambas as cousas votámos contra.

(*Diário do Governo*, 19/02/1845).

Carlos Bento da Silva continua a sua análise afirmando que autor do romance ri de todos, pois é céptico, não crê em nada e não confia em ninguém. Automaticamente o leitor não pode acreditar no que lê, pois a alma do livro está na crença de seu autor. E termina a crítica “alertando” novamente para a identidade do autor:

Em elle querendo acha cousa melhor. Estejam certos disso; em o author o pretendendo, conta-nos cousas mais interessantes do que ter comido jantares feitos por Mr. Pigeon. [...]. Tem muito talento, muito estylo, muita graça, muito gosto, o ponto está em querer. Nós temos a honra de ser dos seus maiores admiradores; mas quando lhe dá para dormir, não gostamos de o ouvir ressonar em politica. Assobia. Neste volume principalmente.

(*Diário do Governo*, 19/02/1845).

Mesmo que *O arco de Sant'Ana* tenha sido publicado primeiramente de forma anônima, não seria muito difícil identificar o autor da obra. Almeida Garrett tinha uma produção literária extensa, participava de vários jornais, escrevia discursos. Ou seja, mesmo o romance sendo anônimo, no meio literário não deveria ser difícil identificar o autor.

É certo que todas essas críticas não passariam em branco. A seguir a este artigo, é publicado em 24 de fevereiro, pelo jornal *A Revolução de Setembro*, conhecido jornal da oposição, um texto assinado por Teixeira de Vasconcelos, em defesa d'*O arco de Sant'Ana*. O autor faz uma crítica direta ao que fora publicado no *Diário do Governo*.

Ainda bem que resurgiu a critica litteraria! E resurgiu, como devia, no Diario do Governo, que é folha official, e que tem por especial obrigação dar a toda a imprensa portugueza o brioso exemplo do bom emprego do tempo e da sciencia. É mais uma obrigação que devemos ao governo, por que em fim o artigo, que se lê no n° 42 do Diario a folhas 189 com o titulo = O arco de Sant'Anna = tem o quer que seja de official como tudo quanto apparece naquellas columnas dos annuncios para traz.

(*A Revolução de Setembro*, 24/02/1845)

Teixeira de Vasconcelos vai pontuar todas as críticas feitas pelo Diario do Governo, defendendo ponto por ponto, sempre de forma irônica e contundente. Com relação a ser um romance político ele afirma:

Mas esse pecado de soberba secular, e profana ainda não fecharia de todo as portas do céu ao nosso academico: assim elle não falasse na politica ... e não fizesse, como diz o Diario, um romance da opposição; e então para que? Para fazer D. Pedro 1° da associação eleitoral, á qual parece que tem de pertencer no 2° volume, segundo as mais discretas, e averiguadas informações da policia! Ainda bem! Ao menos não lhe tornam a chamar republicana!

Ahi está um ponto em que a critica official foi justa porque — aqui para nós — aquelle pateta do Gil-Vicente, o Luiz de Camões, o Ferreira, o Sá de Miranda, o Bernardes, e o Diogo do Couto se não pertencessem á associação eleitoral do seu tempo, e não mascavassem com allusões politicas as suas obras, outro gallo lhes cantára.

(*A Revolução de Setembro*, 24/02/1845)

O jornal *A Revolução de Setembro* vê com bons olhos o fato do romance fazer alusões à política portuguesa do século XIX. O artigo em defesa d'*O arco de Sant'Anna* vai afirmar que a “politica é o sangue das véas, é a questão das questões, é o círculo dos

interesses geraes, [...]” (*A Revolução de Setembro*, 24/02/1845). Com relação ao fato de o autor do romance ser acusado de céptico, Teixeira Vasconcelos o defende:

E depois o 72 é sceptico. Sceptico?! Ainda essa nos faltava! Tambem não admira — depois que iniciaram S. João nos augustos mysterios, e que o fizeram pedreiro-livre ... e se o diz o Diario...!

Mas agora quasi seriamente: esta accusação de scepticismo, que ahi anda mais safada, que o diploma de litterato, já nos vai cheirando a caturrice e traz consigo idéas de tal orgulho, que fazem que fazem rir: é o termo. (*A Revolução de Setembro*, 24/02/1845)

Teixeira de Vasconcelos termina o seu artigo apontando qual será o destino d’*O arco de Sant’Ana*, destacando a singularidade do romance e a sua importância para produções futuras. Parece-nos também que o autor deste artigo sabia quem era o autor do romance:

Entretanto, e apesar de todos esses defeitos o romance hade ser, e vai sendo lido com interesse, e agora que o Diario lhe pôz o sello de anti-ministerial já aqui lhe agouramos segunda edição — e merece-a que é uma das lindas composições, que temos visto apparecer na nossa terra, unica no seu genero, novo farol em estrada tambem nova entre nós, e collocado por mão, que já plantou outros de não menos valia. E nesse novo caminho hade ser trilhado. Crêmo-lo de veras. Ao menos nesse ponto não terão de chamar-nos scepticos.

Nunca as mãos doam ao nosso voluntario academico: revolva os seus apontamentos do Collegio dos Grilos, e venha o segundo volume, e depois outro, e outro, e outro.

Não enfada nunca — Já o sabe ha muito tempo.

(*A Revolução de Setembro*, 24/02/1845)

No mesmo jornal, no dia 19 de março, saiu mais um artigo a favor da obra, com a assinatura de Pereira da Cunha, e outro em 8 de abril, com a assinatura de Oliveira Marreca. Este último prefere ignorar a disputa política para se centrar na estrutura do romance, salientando a construção de alguns personagens. A polêmica ao redor do romance se estabelece na imprensa portuguesa. A *Revista Universal Lisbonense*, de António Feliciano de Castilho, faz referência à polêmica no artigo publicado, sem assinatura, na revista de número 37, em 03 de abril de 1845.

A novela historica, entitulada *Arco de Sant'Anna*, *chronica portuense*; tem sido e é ainda objecto de accessa batalha. Criticas e defesas tudo está feito e porventura, com exageração, com paixão. Na questão que a proposito do prologo do livro se levantou, não ousamos nós a entrar; é materia cheia de melindres por uma e outra parte. Sabemos o como n'ella se deve raciocinar, uma vez assentados os factos, de que se hão-de derivar as consequencias; mas d'esses factos, que uns julgam ver existir de um modo, outros de outro modo diametralmente opposto, d'esses factos em que é temerário e iniquo o fantasiar, faltanos ainda (só fallamos de nós) o necessario conhecimento: aguardamos que o tempo nol-o traga. (*Revista Universal Lisbonense*, 03/04/1845. p.448).

Em 15 de junho, é publicado um artigo de forte crítica ao romance pela *Revista Académica*, de Coimbra, que é assinado por “um velho pároco de Coimbra”:

O A. do *Arco de Sant'Ana* julgou, que para demonstrar as exorbitâncias do clero, na época actual, devia ir revolver as crónicas, à cata de um facto escandaloso praticado por algum eclesiástico, para depois atirar com ele às turbas enfeitado com as suas louçanias poéticas, — dizer-lhes: “Aí tendes o que é o clero, odiai toda essa classe”. (Apud GARRETT, 2004, p.23).

Após a publicação deste artigo, a *Revista Universal Lisbonense* resolve posicionar-se a favor do romance. E publica, no dia 3 de julho de 1845, um extenso artigo em resposta. A introdução, apesar de estar em nome da redação, parece ser do próprio Garrett, ou pelo menos de sua influência direta, como afirma Gomes de Amorim em *Memórias biográficas*.¹ A Revista, além de partir em defesa do autor, divulga a identidade do mesmo, até então “desconhecida” pelo público. Os trechos apresentados a seguir foram retirados da introdução que teria sido escrita por Almeida Garrett:

Vimos com pezar e tristeza na *Revista Academica* da semana passada, um artiguinho de pouca extenção e menos fundamento em que, começando por nos dizer que a *discussão* andára *desvairada porque deixára o fundo pela fôrma, e antepozera a questão d'arte á questão social*, continúa e conclue sem tractar nem uma nem outra das taes questões, asseverando-nos por fim duas coisas que nós, francamente e por muito que nos custe, temos obrigação de declarar que são falsas. Uma é — que o factio em que se funda o romance é mera ficção da phantazia do poeta; Outra — que vistas as tendencias do seculo não há que ter receio das tentativas do clero.
(*Revista Universal Lisbonense*, 03/07/1845)

E mais adiante, vêm as defesas às acusações:

O A. do romance bem claro e positivo se expressa sôbre essa reacção religiosa e moral que elle tanto applaude, tanto approva, e, sem receio de muito aventurar, cremos podêr dizer que bastante ajudou entre nós. Ou nos erram muito bem fundadas conjecturas, ou a pessoa que supomos ser, pelo menos, *editor* do Arco de Sant'Anna é a mesma que em outras obras bem conhecidas levantou o penião d'essa reacção, que a dirigiu, que a excitou, que fez mudar os que ja estavam n'outro caminho, que instigou a começar n'elle os que ainda não tinham

começado. E se a historia litteraria d'este seculo em Portugal forçosamente tem de confessar (ainda que a escrevam os mais invejosos inimigos) que a reacção, que a revolução moral da nossa litteratura foi capitaneada pelo A. de Camões, de Catão, de Adozinda, do *Alfageme*, do *Gil Vicente*, de Fr. Luiz de Sousa, do *Tractado da Educação*, do *Portugal na Balança da Europa* e de tantas obras em tantos e tão diversos generos — e critica contemporanea tambem não poderá, sem injustiça, accusar o A. ou pelo menos o editor do Arco de Sant'Anna de querer obstar a essa reacção. Bem claro, repetimos, o diz elle no prologo: essa reacção, louva-a, que-la, ajuda-a com todos seus desejos e esforços, mas não quer que a torçam os interesseiros e materialistas do seculo em seu damnado proveito, não quer que os fanaticos e hypocritas a grangeiem em sua ganancia, que é ruina da religião, da moral e da sociedade.

(*Revista Universal Lisbonense*, 03/07/1845)

A partir do momento em que o nome de Almeida Garrett é exposto no artigo na *Revista Universal Lisbonense*, o tom dos debates se tornou mais ameno. O fato de o nome de Almeida Garrett ser exibido ao público foi o bastante para a *Revista Acadêmica* desculpar-se publicamente: “porque somos argüidos de nos deixarmos iludir a ponto servirmos (sem o saber) de cego instrumento da calúnia contra um de nossos mais exímios literatos!” (Apud GARRETT, 2004, p. 24). Na própria *Revista Universal Lisbonense* não saiu mais nenhum artigo em defesa de Garrett. Também a discussão nos demais jornais do período ficou mais moderada.

A importância de Garrett para a sociedade da época era muito grande. A sua obra teve sempre grande influência e participação nas alterações que se faziam tanto na vida cultural como na estrutura política portuguesa. Foi ele sempre um grande defensor do Cristianismo ao lado da Liberdade. Em seu ensaio *Portugal na balança da Europa*, publicado em 1830, quando estava no exílio, deixa claro a sua posição:

Uma religião que declara e professa ser o Criador o unico árbitro e senhor do Universo, todos os homens iguais diante dele, que promete amparo ao fraco e desvalido, castigo ao soberbo e opressor, que declara uma comum origem, uma lei comum, um comum juiz de todos os homens, é a maior e mais certa e mais poderosa base da liberdade que pode entrar na moral pública dos povos. O espirito do Cristianismo quebra os ferros dos escravos, consola os oprimidos, conforta os fracos, promete justiça aos agravados; e a espada de seu Deus vingador está, como a de Dâmocles, suspensa por um fio sobre a cabeça dos reis, lembrando-lhes a todo o instante que há leis superiores às deles, leis que igualam os homens na presença do supremo Árbitro de tudo.

(GARRETT, 1963, p. 812-813)

A cada obra publicada por Garrett se tem a certeza do seu compromisso com a Verdade, que estaria na confluência da causa Liberal e com o Cristianismo.

O segundo volume foi publicado no início de 1851, mas já se encontrava pronto desde o final de 1849, como atesta uma carta de Garrett a Gomes Monteiro, datada de 7 de março de 1849, publicada por Gomes de Amorim em suas *Memórias biográficas*.

Sim senhor. O Arco está quase acabado. Mas antes disso, quero que me diga alguma coisa sobre o remate dele. Lembre-me alguma coisa bem nossa, bem do Porto, bem tripeira, porque esta obrita é toda das reminiscências da minha infância, da minha terra natal. Ajude-me a concluí-la bem assim.

(Apud AMORIM, 1881, tomo III, p. 250-251)

O segundo volume d'*O arco de Sant'Ana* teve uma recepção bem mais tranqüila e saíram artigos, em diferentes jornais, elogiando a obra. Em 28 de fevereiro foi publicado um artigo no jornal *A Revolução de Setembro*, assinado por Lopes de Mendonça. O jornal *A*

Semana publicou um extenso artigo assinado por Latino Coelho, entre fevereiro e abril de 1851. Na *Revista Universal Lisbonense*, saiu um artigo assinado pelo Visconde de Azevedo publicado no dia 13 de março de 1851.

No artigo 19 do 5º volume da *Revista Universal Lisbonense*, nos arrojámos a dizer alguma coisa sobre o 1º tomo do Arco de Sanct'Anna, que por aquelle tempo se havia publicado. Hoje, que o 2º veio preencher nossos desejos, satisfazendo tão amplamente a muito firme esperança, que nelle havíamos fundado, arriscaremos tambem algumas observações a seu respeito, para não ficar incompleto o nosso começado empenho; e se, por pouco usados em escrever para o público, padeceremos erros e equivoicações amiudadas, desde já pedimos desculpa ao illustre auctor do Arco de Sanct'Anna, protestando-lhe, que difficilmente seremos excedidos no respeito e admiração sincera, que lhe dedicamos.
(*Revista Universal Lisbonense*, 13/03/1851)

Todos os artigos agora publicados contêm elogios à obra. Em 1851, apenas alguns setores mais conservadores da sociedade portuguesa atacam Garrett. Vejamos o jornal *O Católico*:

Magoa-nos dizer-lo, mas a verdade é esta: o autor do Arco de Sant'Ana quer lembrar como os povos e os reis se uniram para debelar a aristocracia sacerdotal e feudal. [...] Quereria o autor do Arco de Sant'Ana que ainda hoje se praticasse destes actos, quando fosse contra membros do clero? Pode moralizar-se uma classe, ofendendo-a, desacreditando-a, atraindo sobre ela o desprezo? (Apud GARRETT, 2004, p. 25-26).

O arco de Sant'Ana constitui um exemplo de aproveitamento da história com um propósito de denúncia e de intervenção crítica. Garrett ajusta uma situação político-social opressora a um tipo de

literatura que estava se tornando moda na Europa: o romance histórico.

Garrett em muitos momentos é acusado pela imprensa portuguesa de fazer política no seu romance, e é claro que o faz. É sua intenção escrever uma obra de combate contra as oligarquias, contribuindo para a edificação de uma sociedade liberal e cristã.

3. *Viagens na minha terra*

Viagens na minha terra marcou o nascimento da ficção romanesca de assunto contemporâneo na literatura portuguesa. É uma obra única, quer pela estrutura, quer pelo estilo. É uma obra complexa, misto de narrativa de viagens, de crônica jornalística, de autobiografia, de comentário político e de novela sentimental.

O livro é escrito e publicado em uma situação política adversa. Esta circunstância faz da obra um importante testemunho crítico dos caminhos da sociedade portuguesa liberal e romântica.

O romance é constituído basicamente pelo relato de um fato verídico: a viagem de Garrett, de Lisboa a Santarém, para visitar Passos Manuel, chefe setembrista e um dos principais opositores da ditadura de Costa Cabral. No entanto, embora a opinião pública atribuisse à visita um objetivo político, nada prova que fosse esta a intenção de Garrett:

Era uma idéia vaga, mais desejo que tenção, que eu tinha há muito de ir conhecer as ricas várzeas desse Ribatejo, e saudar em seu alto cume a mais histórica e monumental das nossas vilas. Abalam-me as instâncias de um amigo, decidem-me as tonterias de um jornal, que por mexeriquice quis encabeçar em desígnio político determinado a minha visita.

Pois por isso mesmo, vou: — *pronunciei-me.*(GARRETT, 1992, p. 84)

Assim, a incerteza que envolveu a visita de Garrett foi habilmente explorada no romance, onde o autor demonstra a sua arte despertando a curiosidade e a expectativa em relação à política.

No dia 22 de junho de 1843, Almeida Garrett já teria retornado de Santarém. Então, recebe uma carta de Castilho, diretor da *Revista Universal Lisbonense*, em que lhe é feito um convite para escrever as suas “impressões de viagens”:

Hoje me denunciou o Conde da Taipa que V. Ex^a fizera muitos curiosos apontamentos da sua peregrinação a Santarém. Tinha eu o maior empenho que se pode imaginar em inserir na Revista esse itinerário ou parte dele: e isto com franqueza, não só pelo merecimento da coisa, mas também pelo nome do autor. [...] Todos os bons nomes da nossa literatura já cá estão, e alguns com muita obra como Herculano; mas falta o de V. Ex^a, e esta falta é irreparável [...]. Rogo pois, e suplico instantemente a V. Ex^a, dê bom despacho ao meu requerimento, e lho dê breve. Se a excursão a Santarém se não puder aprontar a tempo de poder começar a aparecer neste volume, venha qualquer coisa outra: duas linhas e o nome de V. Ex^a bastam-me por agora; mas repito, as tais *impressions de voyages* seriam o meu maior empenho.
(Apud MONTEIRO, 1966, p. 7-8)

Garrett respondeu logo ao pedido e no dia 17 de agosto de 1843 é publicado na *Revista Universal Lisbonense* o primeiro capítulo de *Viagens na minha terra*. O prólogo de apresentação da obra, na *Revista*, nos diz:

O escripto cuja publicação agora incetamos, é exemplar de genero precioso e novo em nossa literatura. O seu auctor, o Sr. Conselheiro Almeida Garrett, que nos honra com a sua amizade e collaboração, cabe a gloria de ter aberto mais de um caminho, que outros apóz elle tem seguido e hão de

seguir. — O theatro moderno, e o romance patrio fundou-os elle incontestavelmente. As *impressões de viagens*, como em todos os paizes de adiantada civilisação hoje se escrevem em grande abundancia, — estre-as também elle agora.

(*Revista Universal Lisbonense*, 17 de agosto de 1843)

Essa nota elogiosa que antecede o capítulo e que não tem assinatura é provavelmente de António Feliciano de Castilho, como afirma Ofélia Paiva Monteiro².

Os seis primeiros capítulos foram publicados entre agosto e dezembro de 1843, nos tomos II e III da *Revista Universal Lisbonense*. Acompanha o capítulo V, publicado no dia 23 de novembro, uma breve “Advertência”. Nela os editores saem em defesa da obra: “É a Viagem na minha terra obra política e partidária para deverem estranhar o vel-a em nossa folha?” (*Revista Universal Lisbonense*, tomo III, 23 de novembro de 1843). Provavelmente os primeiros capítulos de *Viagens* já estariam causando algum tipo de reação entre os partidários de Costa Cabral, que era Ministro do Reino desde 1842. Os editores continuam a “Advertência”:

O auctor é um dos sectários sabidos e confesados da opposição. No seu escripto dá testemunho d’isso mesmo: mas o seu escripto ainda assim, não deve ser havido como politico. Em obras litterarias e politicas do genero d’esta, ao revéz das obras scientificas, techinas ou de qualquer outro modo didacticas, o estylo é o fundo principal e ás vezes o todo: a doutrina occupa o segundo logar e ás vezes nenhum; e como em certas musicas: agradam e não se lhes pergunta pela trova.

Se a “Viagem na minha terra” val como romance bem está, e bem estamos; — o restante que lembre em furta-côres as da esquerda, as da direita, ou as do centro — pouco mal e pouco bem virá por ahí á republica: que nem já hoje se transformam opiniões com palavras, nem com duas ou tres phrases desgarradas no meio de uma relação leve e faceta se

hão de ellas nunca transformar. Os que tomarem a politica pelo caroço d'este fructo litterario, comam-n'o deitando fora o caroço; — os que a julgarem casca, comam-n'o sem a casca — os que a tomarem pela polpa não n'o comam, — e temos correntes as nossas contas.

(*Revista Universal Lisbonense*, 23 de novembro de 1843)

Duas semanas depois, foi publicado o capítulo VI das *Viagens*, também com alusões à política cabralista, e em 1843 a obra não teve continuação. Este número da *Revista* também traz um artigo esclarecedor com o título “Lei de Imprensa”, onde se afirma a neutralidade da *Revista*, e não se deixam de justificar “gracejos políticos” de Almeida Garrett:

O que dissemos na advertencia preliminar ao capitulo quinto d'esta *Viagem* nos desobriga de emithirmos e fundamentarmos o nosso parecer á cerca de cada um dos gracêjos politicos do Sr. GARRETT, e com tal desobrigação folgamos nós muito, que não trajamos nenhuma libré politica e muito menos n'esta folha. Toca porém o auctor n'este capitulo um ponto, que, por se referir a um grande principio de direito constitucional, deve ser considerado; não o faremos extensa e analyticamente: tudo para isso nos falta; espaço, gosto, e sciencia; mas de corrida e com sincera consciência havemos de fazel-o.

(*Revista Universal Lisbonense*, 07 de dezembro de 1843)

Os editores continuam o artigo fazendo uma crítica a um projeto de lei que o Governo apresentara ao parlamento para ser votado. Os editores acreditam que esta lei seja injusta:

Mas a lei offerecida pelo governo ao parlamento será por ventura boa? temos que não. Confessado e provado que o jury connstituido era injusto, importava — ou demittil-o de todas as causas de imprensa e

não unicamente de algumas, como faz o projecto; ou, se isto era inconstitucional, reformal-o (reformular é sempre em boa philosophia preferível ao destruir). (*Revista Universal Lisbonense*, 07 de dezembro de 1843).

Viagens na minha terra parece ter partido mesmo do propósito sugerido por Castilho: fazer umas “impressões de viagens”. Entretanto, Garrett tratou logo de alargar o projeto, aumentando as suas “viagens”, percorrendo a sociedade portuguesa do seu tempo.

A publicação foi cancelada, sendo retomada somente em junho de 1845, pela própria *Revista Universal Lisbonense*, agora dirigida por Silva Leal. Os seis primeiros capítulos de *Viagens na minha terra* foram republicados, com algumas alterações, seguidos agora do restante da obra. Os capítulos saíram nos tomos V e VI, entre junho de 1845 e novembro de 1846. A obra será concluída em novembro de 1846, mesmo ano em que saem os dois tomos que compõem a primeira edição em livro.

Entre as duas publicações na *Revista Universal Lisbonense* ocorreram, conforme apontamos, algumas modificações. Os seis primeiros capítulos que saíram, em 1843, foram reformulados em alguns pontos. O artigo que antecede a segunda publicação de *Viagens*, chama atenção para este fato:

E vendo que o auctor tinha notadamente corrigido os primeiros capítulos publicados há dois annos, pareceu á redação que seria mais conveniente, depois de tão longo intervallo, reproduzil-os agora juntamente com os ineditos, não só para continuar sem interrupção a serie toda, como para aproveitar as valiosas correcções e additamentos com que um escriptor tão escrupuloso costuma sempre enriquecer e melhorar as segundas edições de todas as suas obras. (*Revista Universal Lisbonense*, tomo V, 26 de junho de 1845).

É certo que não se tratava de uma simples “segunda edição”, na *Revista*. Da primeira edição fizeram parte os seis primeiros capítulos. Esta foi cancelada, provavelmente, devido as constantes alusões à política opressora de Costa Cabral.

Os seis primeiros capítulos da versão de 1843 sofreram várias alterações, mas as que mais tomam corpo são as que foram efetuadas a partir do capítulo IV.

Não podemos esquecer que, em 1845, o clima político em Portugal ainda era de opressão, e que talvez Garrett não quisesse ter sua obra perseguida. Vale ressaltar também que, quando Garrett em 1845 retoma a publicação de *Viagens*, é exatamente neste período que está ocorrendo o debate em torno do lançamento d’*O Arco de Sant’Ana*. No anúncio que sai na *Revista Universal Lisbonense* em fins de 1845 e mais tarde é incorporado à primeira edição das *Viagens na minha terra* – que, apesar de não estar assinado, Ofélia Paiva Monteiro afirma ser da pena de Almeida Garrett³ – ele se defende, usando o discurso na terceira pessoa:

Tem sido acusado de sceptico: é a accusação mais absurda e que póde denunciar em quem a faz, ou grande ignorancia ou grande má fé. Quando o nosso auctor lança mão da cortante e destruidora arma do sarcasmo, que elle maneja com tanta fôrça e dexteridade, e que talvez por isso mesmo, conscio de seu podêr, elle rara vez toma nas mãos — veja-se que é sempre contra a hypocrisia, contra os sophismas e contra os hypocritas e sophistas de *todas as côres* que elle o faz. Crenças, opiniões, sentimentos, respeita-os sempre. Ainda as suas ironias que tanto ferem, não as dirige nunca sôbre individuos; vê-se que despreza a facil vingança que, como tão poderosas armas, podia tomar de inimigos que o não poupam, de invejosos que o calumniam, e a quem por cada dicterio insulso e ephemero com quem o teem pretendido injuriar, elle podia condemnar ao eterno opprobrio de um pelourinho immortal como as suas obras. Ainda bem que o não faz! mais immortaes são

as suas obras, e quanto a nós mais punidos ficam os seus emulos com esse desprezo do homem superior que se não appercebe de sua malignidade insulsa e insignificante.

Voltando á accusação do septicismo, ainda dizemos que não póde ser sceptico o espirito que concebeu, e em si achou côres com que pintar tão vivos, caracteres de crenças tão fortes como o de Catão, de Camões, de Fr. Luiz de Sousa, — e aqui n'esta nossa obra, os de Fr. Diniz, de Joanninha, da Irman Francisca.

(*Revista Universal Lisbonense*, 11 de dezembro de 1845)

Mas *Viagens na minha terra* não é apenas construído por essa narrativa principal, onde se discute a sensibilidade estética, a experiência humana e a sociedade do seu tempo. Encontra-se aqui também uma segunda narrativa, uma novela sentimental, a história de Joanninha, a “menina dos rouxinóis”, que tem por protagonista um personagem masculino: Carlos.

Inicialmente a história é narrada ao Autor, após a chegada a Santarém, por um companheiro de viagem. Este Autor torna-se ouvinte, para depois ao leitor dar a conhecer os fatos e documentos do pungente drama de Carlos. O Autor resolve fixá-lo por escrito, após convencer-se de que se tratava de um romance por inteiro. Alguns episódios da vida de Carlos narrados pelo Autor podem ser identificados na biografia do próprio Garrett, bem assim certas características e episódios que integram a personalidade e percurso do Autor.

Viagens na minha terra pode ser considerado um marco dentro da história do romance em Portugal. Almeida Garrett, ao escrever as *Viagens*, construiu um romance que se tornou sinônimo de investigação do homem e do mundo que está ao seu redor, o que era uma inovação para a escrita de sua época. Também vai buscar nos clássicos ingleses do século XVIII, principalmente nos humoristas Swift e Sterne, influências para a sua obra, o que se percebe, nitidamente, no tom de humor e no aspecto digressivo da obra.

Em *Viagens na minha terra* não temos mais romance no sentido de história irreal, imaginária. O espírito e a matéria estão lado a lado. O caráter autocrítico do romance já aparece nesta obra.

Estas minhas interessantes viagens hão de ser uma obra-prima, erudita, brilhante de pensamentos novos, uma coisa digna do século. Preciso de o dizer ao leitor, para que ele esteja prevenido; não cuide que são quaisquer dessas rabiscaduras da moda que, com o título de *Impressões de Viagem*, ou outro que tal, fatigam as imprensas da Europa sem nenhum proveito da ciência e do adiantamento da espécie. (GARRETT, 1992, p. 90).

Assim, *Viagens* não retrata somente uma viagem ao Ribatejo. Aqui, mais do que tudo temos viagens pela história, pela tradição e pela literatura. Garrett utiliza o estilo digressivo, como se a obra se organizasse na presença do leitor, com quem dialoga familiarmente, em tom despreocupado, como se brincasse, ora se confessando, ora utilizando um tom íntimo.

A originalidade de *Viagens* reside na prosa, uma prosa maleável, baseada no código oral e na espontaneidade da escrita, fruto de um labor artístico, de gosto apurado, de uma sensibilidade lingüística requintada.

Almeida Garrett, através de *Viagens*, deixa clara sua desilusão com a sua época, ao mesmo tempo que se apercebia das flagrantes contradições da sociedade liberal que ele próprio ajudara a erguer. As transformações que marcam na verdade só ocorrem na periferia, e não escondem o Portugal dominado por oligarquias corruptas. Na verdade, Portugal ainda era uma estalagem da Azambuja, cercada de miséria e abandono:

Aí está a Azambuja, pequena mas não triste povoação, com visíveis sinais de vida, asseadas e com ar de conforto as suas casas. É a primeira povoação que

dá indício de estarmos nas férteis margens do Nilo português.
 Corremos a apelar-nos elegante estabelecimento que ao mesmo tempo cumula as três distintas funções de *hotel*, de *restaurant* e de *café* da terra.
 Santo Deus! que bruxa que está a porta! Que antro lá dentro! ... Cai-me a pena da mão.
 (GARRETT, 1992, p. 94).

Esta desilusão com o mundo faz com que Garrett, no final do romance, dê ao personagem principal de *Viagens* um destino curioso: ele se sente impotente perante os acontecimentos, se deixa levar pela força da sociedade, torna-se barão, e, mesmo assim, se sente de algum modo culpado:

A desolação e o opróbrio entraram no seio da nossa família. Eu renuncio para sempre ao lar doméstico, a tudo quanto quis, a tudo quanto possa querer. Deus que me castigue, se ousa fazer uma injustiça, porque eu não me fiz o que sou, não me talhei a minha sorte, e a fatalidade que me persegue não é obra minha.
 [...]
 Creio que me vou fazer homem político, falar muito na pátria com que me não importa, ralhar dos ministros que não sei quem são, palrar dos meus serviços que nunca fiz por vontade; e quem sabe?.... talvez darei por fim em agiota, que é a única vida de emoções para quem já não pode ter outras.
 (GARRETT, 1992, p.335).

4. Conclusão

Um fator liga os dois romances de Garrett aqui estudados. Os dois protagonistas – Vasco e Carlos – são filhos de clérigos. Garrett constrói a história de ambos de uma forma bem similar. Vasco d'● *Arco de Sant'Ana* é filho do Bispo da cidade do Porto,

não sabe nada sobre a sua origem, e descobre no final do romance quem é seu pai. Apesar de toda a sua luta contra a tirania do Bispo, se reintegra ao mundo, perdoa o pai, reafirma o poder de D. Pedro e acaba se casando com Gertrudinhas. Carlos é filho de Frei Dinis, e, da mesma maneira que Vasco, não tem conhecimento sobre a sua paternidade. Carlos é o representante do mundo novo, do Liberalismo, enquanto Frei Dinis é o representante do mundo velho, o Absolutismo. Ambos, pai e filho, terminam o romance aniquilados pela culpa. Embora pareçam estar em lados opostos (barão/frade), ambos abrem mão do que lhes é mais próprio. Ambos abrem mão de escolher uma mulher e se abandonam a certo tipo de morte em vida: o baronato (bem-estar vazio da vida mundana) e o hábito de frei, sob o qual frei Dinis busca redimir seus “pecados”.

Não podemos, por fim, perder de vista as ambigüidades presentes em ambas as obras. Almeida Garrett, apesar de ser um grande defensor do liberalismo, não consegue visualizar a possibilidade de a proposta liberal ser levada adiante. Ele defende a liberdade, um valor ainda novo para a sociedade portuguesa, porém utiliza formas arcaicas de pensar para punir os opressores. Critica a tirania, porém insiste, n’*O arco de Sant’Ana*, numa aposta em uma sociedade de classes sem conflitos, conflitos estes que ele tenta esconder denunciando a ganância e a cobiça dos “maiorais”. Almeida Garrett aposta na subjetividade dos seus protagonistas: Carlos de *Viagens* sai da casa paterna, Vasco d’*O Arco* quer fazer uma revolução. Entretanto, ambos afirmam no final do romance o poder do pai, perdendo os “crimes” que estes cometeram.

As duas obras causavam forte impacto à ocasião em que são publicadas, certamente devido ao indiscutível teor político que trazem. Será a ironia do autor o principal motor, dentro das obras e fora dela (nos jornais), para fazê-las aceitáveis no público burguês e letrado, que seguramente não cerrava fileiras contra o cabralismo.

Referências bibliográficas

- AMORIM, Gomes de. *Memórias biográficas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881-1884. 3v.
- BRAGA, Teófilo. *Garrett e os dramas românticos*. Porto: Lello, 1905.
- CARVALHO, Alberto. Sentido e unidade das Viagens na minha terra de Almeida Garrett. 2 ed. Lisboa: Editorial Comunicação, 1981.
- CERDEIRA, Teresa Cristina. Viagens: a terra e o mar, para o outro na linguagem. In: *O avesso do bordado*. Lisboa: Caminho, 2000.
- DAVID, Sérgio Nazar. Garrett e o Medievalismo. In: *O paradoxo do desejo. O masoquismo moral nas literaturas portuguesa e brasileira (1829 - 1899)*. Tese do Doutorado em Teoria Literária. UFRJ / Faculdade de Letras. Rio de Janeiro, 2001. 285 p.
- _____. Almeida Garrett: sua viagem, sua vertigem. In: *Paixão e revolução*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- _____. Almeida Garrett. In: RECTOR, Monica & CLARK, Fred. *Dictionary of literary biography – portuguese writers*. USA: Brucoli Clark Layman, 2003.
- FRANÇA, José-Augusto. *O romantismo em Portugal*. 3 ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- GARRETT, Almeida. *O arco de Sant'Ana*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.
- _____. O 24 de agosto. In: SERRÃO, Joel (org.) *Liberalismo, socialismo, republicanismo*. 2 ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1979.
- _____. *Portugal na balança da Europa*. In: *Obras de Almeida Garrett*. Volume I. Porto: Lello e Irmão Editores, 1963.
- _____. *Obras de Almeida Garrett*. Porto: Lello e Irmão Editores, 1963.
- _____. *Viagens na minha terra*. 2 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- LOPES, Fernão. *Crónica de D. Pedro*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- MATTOSO, José (org.). *História de Portugal – O liberalismo*. 5º volume. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva. *O essencial sobre Almeida Garrett*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

- MONTEIRO, Ofélia Paiva. *Viagens na minha terra, o nascer da modernidade literária portuguesa*. Lisboa: Casa da Imprensa, 1993. 3 v.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva. *Viajando com Garrett pelo Vale de Santarém*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1966.
- MARINHO, Maria de Fátima. *O Romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.
- SANTOS, Maria de Lourdes C. L. dos. *Os Intelectuais portugueses na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.
- VASCONCELOS, Sandra Guardini. *Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

Jornais e Revistas

- A Revolução de Setembro*. Lisboa: Typ. de J. B. de A. Gouveia. (1845-1851).
- A Semana*. jornal litterario e instructivo. Lisboa: Imprensa Nacional. (1851).
- Diário do Governo*. Lisboa: Imprensa Nacional.(1845).
- Revista Universal Lisbonense*. Jornal dos interesses physicos, Moraes, e literários por uma sociedade estudiosa. Lisboa: Imprensa Nacional. (1843-1851)

Resumo

A proposta deste artigo é apresentar a recepção dos romances *Viagens na minha terra* e *O arco de Sant'Ana* na imprensa portuguesa da época. Os artigos que foram selecionados em jornais a respeito destas obras compreendem o período de 1843-1851. Estes anos foram de verdadeira instabilidade política e marcaram o início do constitucionalismo em Portugal (1834-1851). Neste período, Garrett

publica *Viagens na minha terra* (1843 - 1845 - 1846) e *O arco de Sant'Anna* (1845-1851), obras em que suas idéias políticas serão discutidas com complexidade e os rumos do liberalismo serão postos sobre a mesa.

Palavras-chave: imprensa; liberalismo, romantismo

Abstract

The proposal of this article is to present the reception of the novels *Viagens na minha terra* e *O arco de Sant'Ana* in periodic portuguese press. The articles that had been selected in newspapers include the period between 1843-1851. These years were of real politic instability and marked the beginning of the constitutionalism in Portugal (1834-1851). In this period, Garrett published *Viagens na minha terra* (1843 - 1845 - 1846) and *O arco de Sant'Ana* (1845-1850), where his political ideas and the ways of liberalism will be discussed with complexity and scope.

Key-words: press, liberalism, romanticism